

## Os sete erros do auxílio emergencial e as possíveis soluções

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Tarefa de atender quase um quarto da população brasileira é desafiadora, mas ainda pode ser aperfeiçoada para evitar aglomerações e frustrações

A rapidez na aprovação do pagamento de três parcelas de R\$ 600 para os brasileiros mais abalados com a necessidade de isolamento social contrastou com a demora no pagamento efetivo da ajuda. Esse tipo de medida não é exclusiva do Brasil. Quase todos os países minimamente organizados adotaram iniciativas semelhantes.

Nos Estados Unidos, foi em forma de um depósito único de US\$ 1,2 mil (cerca de R\$ 7 mil pelo câmbio atual) para todos os americanos que ganham menos de US\$ 75 mil (R\$ 450 mil) ao ano. Na Argentina, houve pagamento de 10 mil pesos (cerca de R\$ 800) em parcela única a trabalhadores entre 18 e 65 anos que ficaram sem renda pela interrupção das atividades econômicas, tanto formais quanto informais. Portanto, não se trata de favor.

É um mecanismo de compensação do poder público para a perda momentânea das condições de subsistência em nome do interesse da sociedade. Se é verdade que a tarefa de fazer recursos estimados em R\$ 130 bilhões era desafiadora, houve erros que ainda há tempo para corrigir na distribuição das próximas duas parcelas, se não for possível estender o socorro.

### 1. Necessidade subestimada

Com atrasos do atendimento normal à população mais carente, tanto em benefícios de INSS quanto no Bolsa Família, o governo não tinha estimativa correta do tamanho do contingente que precisava ser socorrido. Esse tipo de ação não era prioridade até o surgimento da pandemia e a falta de dados sobre esse universo mascararam o volume da necessidade.

### 2. Falta de conexão com o público

O público da ajuda de R\$ 600 foi chamado de "os invisíveis", mas a referência só é válida do ponto de vista da visibilidade dessas pessoas nas estatísticas oficiais. Os órgãos de governo perderam a conexão com essa população, com cortes em programas e distanciamento das unidades de atendimento.

### 3. Solução dependente do digital

A criação de um aplicativo e de contas digitais mirava a eficiência e tinha a boa intenção de manter o distanciamento, mas esbarrou em problemas previsíveis: a falta de acesso material a computadores e celulares e a dificuldade do público de lidar com programas desse tipo. Considerou mais a realidade dos criadores, que pagam contas por app, do que do público, que ainda usa muito dinheiro vivo.

### 4. Excesso de burocracia

A exigência de CPF regularizado fez surgirem filas em frente a unidades da Receita Federal. A constatação de que um dos maiores problemas era a falta de comprovação eleitoral acabou flexibilizando a exigência, mas depois que a burocracia acabou contribuindo para criar focos de aglomeração e a exposição das pessoas a condições precárias. O objetivo era evitar fraudes, o que não ocorreu. Há estimativa de que 73 militares tenham recebido indevidamente, e terão de devolver.

## 5. Falta de estrutura da Caixa

Quando chegou, enfim, o momento de permitir saques nas agências da Caixa, o panorama ficou ainda pior. Filas, aglomerações, chuva ou calor intenso expuseram os beneficiados a condições inadequadas. O que deveria ter sido uma virtude, o cronograma curto de pagamento, também se transformou em problema por concentrar muitas pessoas nas agências em poucos dias.

## 6. Comunicação inadequada

Apesar de ter feito vários comunicados, sobretudo em entrevistas coletivas, o governo e a Caixa ainda não fizeram uma campanha maciça de esclarecimento, até para evitar a exposição e a frustração dos brasileiros que não têm direito a receber o Auxílio Emergencial.

## 7. Foco político

Na origem de boa parte dos erros, está a intenção de carimbar a ajuda com a marca do governo federal. Esse foi principal motivo para não ter recorrido a prefeituras, que costumam ter cadastros mais estruturados da população à qual o benefício se destina. Se tivesse sido distribuído com ajuda dos municípios, poderia ter sido mais eficiente.

## As soluções possíveis

Com o anúncio da liberação da segunda parcela de R\$ 600, mais uma pela frente e muitas discussões sobre a possibilidade de tornar permanente algum tipo de renda mínima, ao menos para parte dos beneficiados, especialistas no segmento recomendam correção de rumos. Para Marcelo Neri, o primeiro passo é consertar, no que for possível, o equívoco do governo na comunicação dessas medidas.

Na avaliação do diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, o certo, desde o início do programa, seria valorizar a entrega, apontando que o esforço visava a que as pessoas permanecessem em suas casas. Neri lembra, em estudo publicado na edição de maio da publicação Conjuntura Econômica da FGV, que o presidente Jair Bolsonaro atuou na contramão dessa ordem.

Para o planejamento de uma possível segunda etapa, aconselha, como passo inicial, o uso das informações já disponíveis no Cadastro Único, que abrange 76,4 milhões de pessoas, para reestruturar o modelo de benefício. Também sugere a retomada de um projeto antigo, de usar o título de eleitor como um número universal de identificação da população.

Segundo o especialista, isso permitiria a checagem biométrica, que pode ser feita remotamente, atendendo às necessidades de distanciamento da pandemia, bloqueando fraudes e desvios. Outra sugestão de Neri é estimular a ampliação do microcrédito. Ele argumenta que, além da necessária rede de proteção social, é preciso "dar um trampolim para as pessoas voltarem à altura em que estavam antes."